



Fatos Nacionais – 12/2022 e 01/2023

Prof. Leandro Signori

PIB do Brasil avança 0,4% no 3º trimestre de 2022, na quinta alta seguida

O Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil cresceu 0,4% no 3º trimestre de 2022, na comparação com os três meses imediatamente anteriores, conforme divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 01/12/2022. Este é o quinto trimestre de alta consecutiva da atividade econômica do país. Em relação ao 2º trimestre, houve uma desaceleração no crescimento.

Com esse resultado, o PIB chega ao maior patamar da série histórica, iniciada em 1996. Além de atingir o maior nível da série, o PIB ficou 4,5% acima do patamar pré-pandemia, registrado no quarto trimestre de 2019.

Variação trimestral do PIB brasileiro

Em %, trimestre contra trimestre imediatamente anterior



Em valores correntes, o PIB no terceiro trimestre de 2022 foi estimado em R\$ 2,544 trilhões.

De acordo com a coordenadora de Contas Nacionais do IBGE, Rebeca Palis, com o resultado do 3º trimestre, o patamar da economia brasileira superou em 1,4% o pico, que até então havia sido registrado no 1º trimestre de 2014. Isso significa que a atividade econômica do país atingiu o seu maior nível em 26 anos.

Questionada sobre a perda de fôlego, Rebeca apontou dois fatores para este movimento - o distanciamento da base de comparação baixa, provocada pela pandemia, e as medidas do governo para conter a inflação.

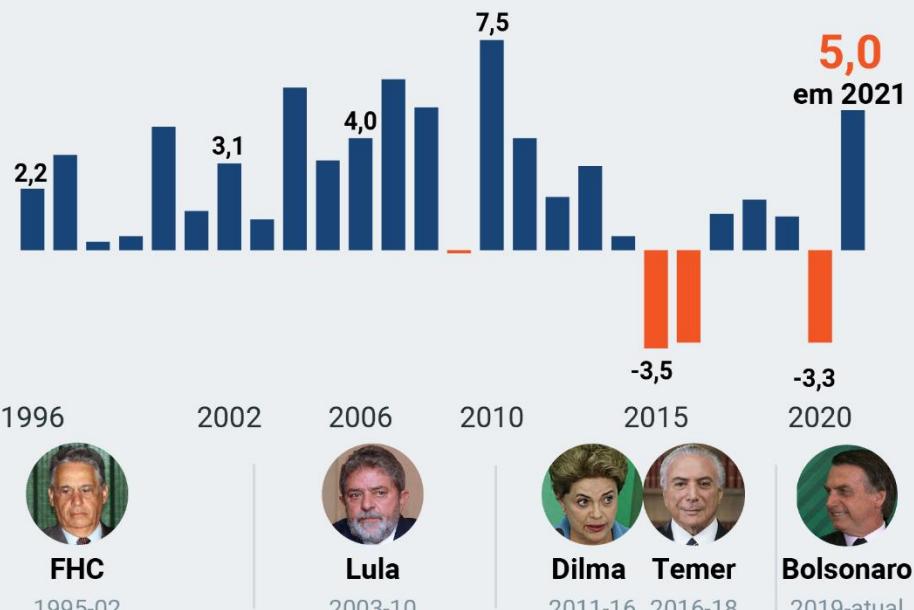
"Realmente (perdeu fôlego). A gente já vai crescendo há cinco trimestres e a base tem aumentado. Tem a ver também com a política monetária fazendo mais efeito sobre a economia", observa.

Principais destaques do PIB do 3º trimestre:

- Serviços: 1,1%
- Indústria: 0,8%
- Agropecuária: -0,9%
- Consumo das famílias: 1%
- Consumo do governo: 1,3%
- Investimentos: 2,8%
- Exportações: 3,6%
- Importação: 5,8%

IBGE REVISA CRESCIMENTO DA ECONOMIA DE 4,6% PARA 5,0% EM 2021

variação anual do PIB brasileiro (em %)



fonte: IBGE



Veja qual foi a revisão dos pesos dos componentes do PIB:

- Agropecuária : de 4,9% em 2019 para 8,8% em 2021
- Serviços: de 73,3% em 2019 para 67,6% em 2021
- Indústria: de 21,8% em 2019 para 23,6% em 2021

IPCA – inflação oficial fica em 5,79% em 2022

IPCA - Inflação oficial acumulada em 12 meses

Variação (em %) na comparação com os 12 meses imediatamente anteriores.

Clique nas linhas para visualizar outros valores

● Variação



g1

Fonte: IBGE

O Brasil fechou o ano com inflação acumulada de 5,79%, acima da meta definida pelo governo, apontam os dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 10/01/2022.

Este foi o quarto ano seguido em que o país fechou o ano com alta de preços superior à meta estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional. Para 2022, a meta era de 3,5% com teto de 5%. Embora tenha estourado o teto da meta, ficou bem abaixo do registrado em 2021, quando ficou em 10,06%.

Entre janeiro e julho, a inflação acumulada em 12 meses ficou acima de 10%, sendo que em abril foi registrado o pico, com o indicador acumulado em abril, de 12,13%. Foi na passagem de junho para julho que alta de preços começou a desacelerar e, a partir de agosto, saiu da casa de dois dígitos.

IPCA ano a ano

Em %

● Variação



g1

Fonte: IBGE

Gasolina põe freio na inflação

Foi o grupo de transportes que freou a inflação no país em 2022. Por três meses seguidos, de julho a setembro, houve deflação pressionada pela redução no preço dos combustíveis, sobretudo da gasolina - desde 1998 o país não registrava três deflações seguidas.

Os preços da gasolina caíram de forma mais expressiva entre os meses de julho e setembro, em decorrência de uma série de reduções no preço do combustível nas refinarias e da aplicação da Lei Complementar 194, que limitou a cobrança de ICMS sobre os combustíveis pelos estados.

Sobre o indicador acumulado no ano, porém, sete dos nove grupo de produtos e serviços pesquisados tiveram alta no ano, seis deles acima do índice geral. Transportes e comunicação foram os únicos com deflação no ano.

O grupo que teve a maior alta de preços no ano foi o de vestuário, que teve altas superiores a 1% em 10 dos 12 meses. Já o grupo Habitação fechou o ano próximo da estabilidade.

O maior impacto sobre a inflação do ano de 2022, porém, partiu do grupo de alimentação e bebidas, respondendo por 2,41 pontos percentuais (p.p.) do indicador. A segunda maior pressão sobre o índice veio do grupo de saúde e cuidados pessoais, com 1,42 p.p. de impacto. No oposto, a maior pressão negativa sobre o IPCA acumulado no ano foi exercida pelo grupo de Transportes, com impacto de 0,28 p.p.

Veja o resultado de cada um dos nove grupos que compõem o IPCA:

- Vestuário: 18,02%
- Alimentação e bebidas: 11,64%
- Saúde e cuidados pessoais: 11,43%
- Artigos de residência: 7,89%
- Despesas pessoais: 7,77%
- Educação: 7,48%
- Habitação: 0,07%
- Transportes: -1,29%
- Comunicação: -1,02%

Alimentação, 'vilã' da inflação

A alta de preços dos alimentos foi a que mais pesou no bolso dos brasileiros em 2022. Segundo o IBGE, a alimentação no domicílio teve alta de 13,23%, superior à da alimentação fora do domicílio, que foi de 7,47%.

Na alimentação no domicílio, a maior alta de preços foi da cebola, que subiu 130,14% no ano - de acordo com o IBGE, foi a maior alta entre os 377 produtos e serviços pesquisados para composição do IPCA.

A segunda maior pressão sobre a alimentação no domicílio partiu do leite longa vida, com alta de 26,18%. Outros alimentos com aumento relevante de preços foram a batata-inglesa (51,92%), as frutas (24,00%) e o pão francês (18,03%).

"No caso da cebola, a alta está relacionada à redução da área plantada, ao aumento do custo de produção e a questões climáticas. Já os preços do leite subiram de forma mais intensa entre março e julho de 2022. A partir de agosto, com a proximidade do fim do período de entressafra, os preços iniciaram uma sequência de quedas", destacou o analista de preços do IBGE, André Almeida.

Na alimentação fora do domicílio, o lanche acumulou alta de 10,67%, quase o dobro da refeição, que aumentou 5,86% no ano.

Saúde e cuidados pessoais tem maior alta em quase 30 anos

Com alta de 11,43% no ano, o grupo de saúde e cuidados pessoais, que exerceu a segunda maior influência na inflação anual, registrou o maior aumento de preços desde 1996, quando encerrou o ano acumulando aumento de 13,80%.

Os planos de saúde tiveram alta de 6,90% em 12 meses e responderam por 0,25 p.p. do IPCA acumulado do ano. Também houve pressão da alta de 13,52% dos produtos farmacêuticos.

Porém, segundo o IBGE, os itens de higiene pessoal, sobretudo os perfumes e os produtos para cabelos, foram os que mais contribuíram com essa alta expressiva do grupo de saúde e cuidados pessoais - no ano, eles acumularam aumento de 22,61% e 14,97%, respectivamente.

Roupas com alta de mais de 20%

No grupo de vestuário, que teve a maior alta no ano, os preços das roupas femininas e das roupas masculinas - respectivamente 21,35% e 20,77%. As variações das roupas infantis e dos calçados e acessórios ficaram em 14,41% e 16,83%, respectivamente, enquanto as joias e bijuterias (3,67%) tiveram a menor variação entre os itens pesquisados.

Segundo o IBGE, o preço do algodão, uma das principais matérias-primas do setor, teve alta acentuada entre abril de 2020 e maio de 2022.

“Os custos de produção subiram e houve uma retomada da demanda após a flexibilização das medidas de isolamento social decorrentes da pandemia de Covid-19”, enfatizou Almeida.

Deflação da energia elétrica

O grupo de habitação encerrou o ano próximo da estabilidade por conta da queda de 19,01% da energia elétrica, o que impactou negativamente em -0,96 p.p. no IPCA geral.

Por outro lado, aluguel residencial (8,67%), da taxa de água e esgoto (9,22%) e do condomínio (6,80%) contribuíram com cerca de 0,62 p.p. na inflação do ano. Outras altas relevantes partiram dos artigos de limpeza (19,49%) e do gás de botijão (6,27%).

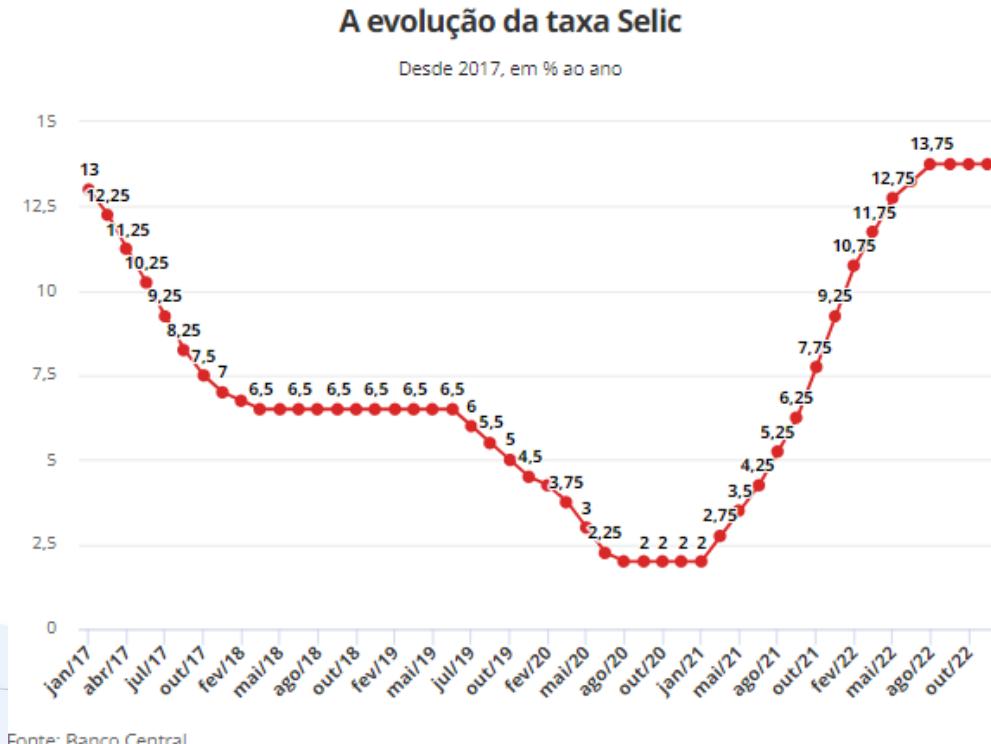
Veículos e passagens aéreas

Em contrapartida à redução nos preços dos combustíveis, emplacamento e licença de veículos fecharam o ano com alta 22,59%. Segundo o IBGE, a alta do IPVA em 2022 deve-se sobretudo ao aumento no preço dos automóveis em 2021, já que a cobrança é baseada no valor venal dos veículos no final do ano anterior.

Os preços dos automóveis novos (8,19%) e usados (2,30%) continuaram subindo em 2022, embora em ritmo menor que o registrado em 2021 (16,16% e 15,05%, respectivamente).

Outra alta importante no grupo de Transportes foi das passagens aéreas, que subiram 23,53% e contribuíram com 0,14 p.p. no acumulado do ano.

Copom mantém taxa básica de juros da economia em 13,75% na última reunião do ano



O Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central decidiu, em 07/12/2022, manter a taxa Selic em 13,75% ao ano – patamar em vigor desde o início de agosto.

Esta foi a última reunião do Copom no governo Jair Bolsonaro (PL). O próximo encontro do comitê está marcado para os dias 31 de janeiro e 1º de fevereiro, já na gestão do presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

O comitê costuma se reunir a cada 45 dias para definir a taxa básica de juros da economia. Essa é a quarta reunião consecutiva em que o Copom fixa a Selic em 13,75% – o resultado já era esperado pelo mercado.

O atual presidente do BC, Roberto Campos Neto, permanecerá à frente da instituição pelo menos até dezembro de 2024. Isso porque uma lei em vigor desde 2021 estabeleceu a chamada autonomia do Banco Central, com mandato para presidente e diretores da instituição.

O BC iniciou o governo Bolsonaro com a taxa de juros em 6,5% ao ano, e, em 2020, durante a pandemia, reduziu a Selic para 2% ao ano, menor patamar da história.

No entanto, a partir de março de 2021, o BC passou a elevar a Selic em todas as reuniões (12 consecutivas) e, com isso, a taxa chegou a 13,75% ao ano, o que configurou o maior e mais longo ciclo de alta desde 1999.

Apesar da manutenção da taxa, a Selic permanece no maior patamar desde novembro de 2016, quando estava em 14% ao ano. Ou seja, em seis anos.

O objetivo do ciclo da alta dos juros, segundo o BC, foi **conter as pressões inflacionárias decorrentes da pandemia da Covid-19, que gerou interrupção na oferta de produtos e injetou recursos extraordinários na economia, por meio de auxílios temporários, o que elevou os preços.**

Também causou impacto na inflação a guerra na Ucrânia, principalmente nos preços de combustíveis e alimentos.

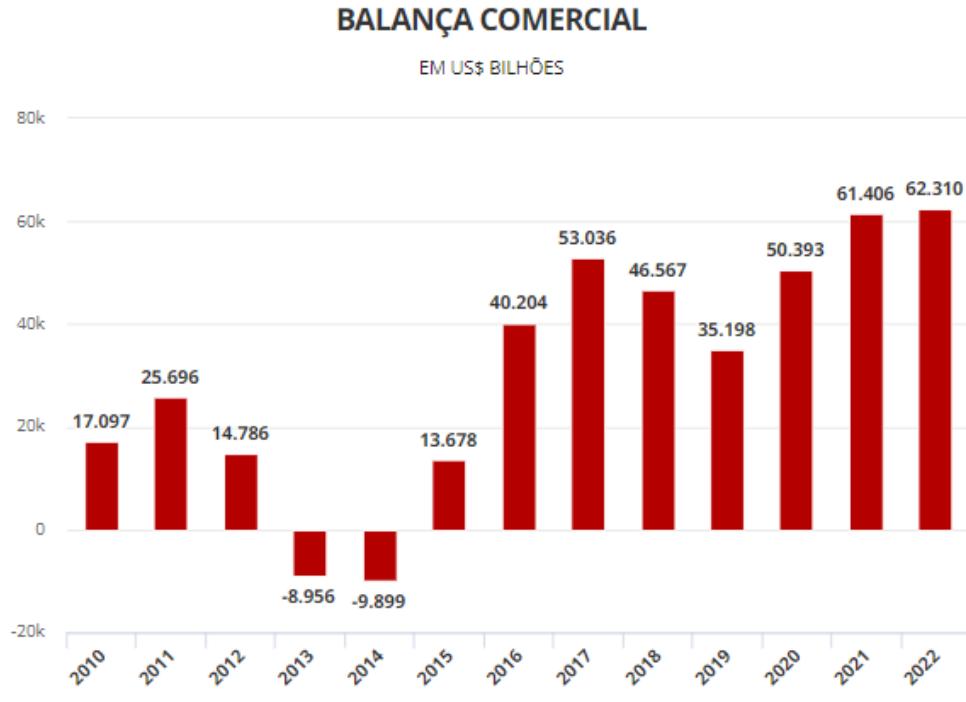
Sistema de metas

Para definir o nível dos juros, o Banco Central se baseia no **sistema de metas de inflação**. Quando a inflação está alta, o BC eleva a Selic. Quando as estimativas para a inflação estão em linha com as metas, o Banco Central pode reduzir o juro básico da economia.

Em 2022, a meta central de inflação é de 3,5% e será oficialmente cumprida se o índice oscilar de 2% a 5%. Para 2023, a meta de inflação foi fixada em 3,25%, e será considerada formalmente cumprida se oscilar entre 1,75% e 4,75%.

Neste momento, o BC já está ajustando a taxa Selic para tentar atingir a meta de inflação dos próximos anos, uma vez que **as decisões sobre juros demoram de seis a 18 meses para terem impacto pleno na economia**.

Balança comercial tem superávit recorde de US\$ 62,3 bilhões em 2022



O governo federal informou em 02/01/2023 que a balança comercial brasileira registrou superávit recorde de US\$ 62,3 bilhões no ano de 2022.

A série histórica da balança comercial tem início em 1989.

Na comparação com 2021, quando o saldo positivo somou US\$ 61,4 bilhões, houve aumento de 1,5%.

O superávit é registrado quando as exportações superam as importações. Quando acontece o contrário, o resultado é de déficit.

Os números foram divulgados pela Secretaria de Comércio Exterior, ligada ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. A pasta, recriada no governo Lula, é comandada pelo vice-presidente Geraldo Alckmin.

Exportações

De acordo com o Ministério do Desenvolvimento, as exportações, pela média diária, registraram alta de 19,3%, com média diária de US\$ 1,3 bilhão (novo recorde da série histórica).

- ❑ O setor econômico com maior crescimento no ano de 2022 foi o agropecuário, que apresentou aumento em valor das exportações, de 36,1% (explicada principalmente pelo aumento de 31,5% nos preços dos produtos básicos, consequência também da guerra na Ucrânia, mas também foi registrada elevação de 1,8% nos volumes embarcados).

- ❑ Já a Indústria de Transformação apresentou aumento do valor exportado de 26,2%. "Esse comportamento foi influenciado pelo crescimento do nível de preços, de 15,7% e pelo aumento do quantum exportado, de 9,8%".
- ❑ A Indústria Extrativa, por sua vez, teve redução no valor exportado, de 4,6%, com redução no nível de preços de -2,5%, e quantum exportado, de -0,5% frente ao ano de 2021.

Em relação ao destino das vendas externas, houve alta nas vendas para a China (aumento de 1,5% na média diária, para um total de US\$ 91,3 bilhões), para a União Europeia (aumento de 39,6% para US\$ 51 bi), para os Estados Unidos (20,2%, para US\$ 37,4 bilhões) e para a Argentina (29,3% para US\$ 15,4 bilhões).

Principais produtos exportados:

- soja (valor total exportado de US\$ 46,7 bilhões e crescimento de 20,8%);
- óleos brutos de petróleo (US\$ 42,7 bilhões, com alta 39,5%);
- minério de ferro e seus concentrados (US\$ 28,9 bilhões, com recuo de 35,3%);
- óleos combustíveis de petróleo ou de minerais betuminosos (US\$ 13 bilhões, com alta de 79,5%);
- milho não moído, exceto milho doce (US\$ 12,3 bilhões e crescimento de 194,1%);
- carne bovina fresca, refrigerada ou congelada (US\$ 11,8 bilhões, aumento de 48,2%).

Importações

Já as importações, ainda segundo dados oficiais, avançaram 24,3% no ano passado e somaram, pela média diária, US\$ 1,09 bilhão. Esse também foi o maior valor desde que os números começaram a ser contabilizados, em 1989.

"O conflito no leste europeu trouxe desequilíbrios para o mercado de fertilizantes, o que encareceu a cotação internacional desses produtos e deixou um cenário de incertezas sobre seu fornecimento. Também houve o encarecimento do trigo, já que a Ucrânia é um dos principais produtores mundiais", informou o Ministério do Desenvolvimento.

Além disso, o governo acrescentou que o conflito também impactou o preço de "commodities" (produtos básicos) energéticas, como petróleo, combustíveis e gás natural, produtos com peso na pauta de importação do Brasil.

Principais itens importados:

- adubos ou fertilizantes químicos (exceto fertilizantes brutos) (US\$ 24,8 bilhões, +63,6%);
- óleos combustíveis de petróleo ou de minerais betuminosos (exceto óleos brutos) (US\$ 23,6 bilhões, +75,3%);
- válvulas e tubos termiônicas, de cátodo frio ou foto-cátodo, diodos, transistores (US\$ 11,5 bilhões, +44,6%);
- compostos organo-inorgânicos (US\$ 9,9 bilhões, +55%);
- partes e acessórios dos veículos automotivos (US\$ 7,6 bilhões, 5,5%);
- medicamentos e produtos farmacêuticos, exceto veterinários (US\$ 7,1 bilhões, -12,2%).

Brasil tem 207,8 milhões de habitantes, mostra prévia do Censo 2022

Seguindo um modelo estatístico, o IBGE entrega um resultado prévio do ano de 2022 a partir dos 83,9% da população recenseada.



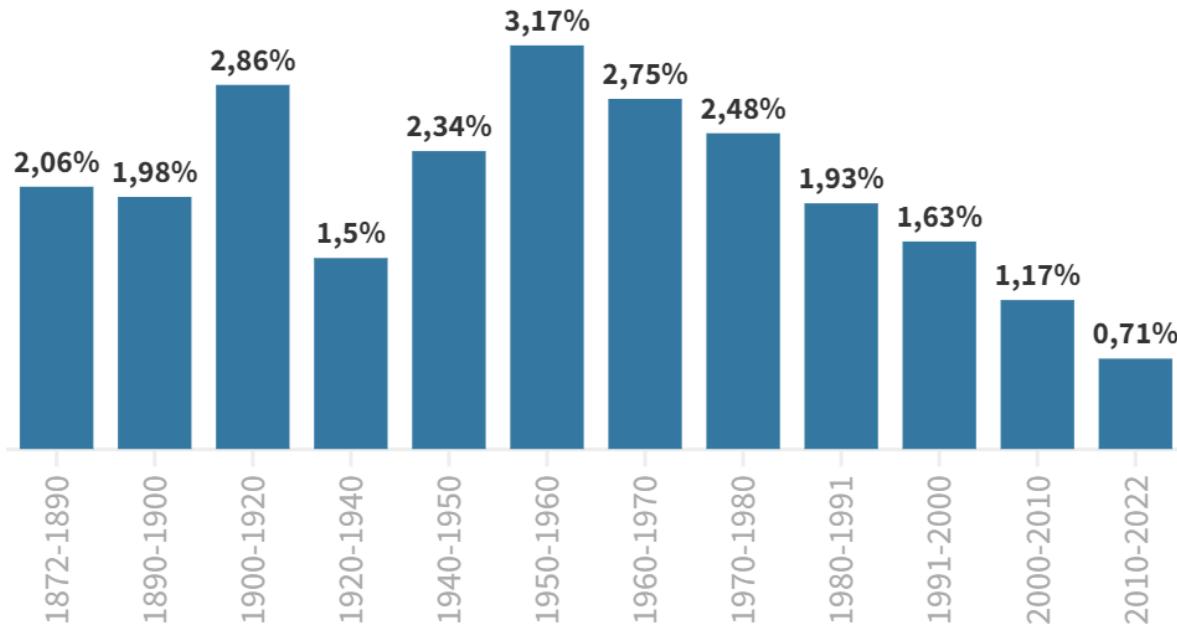
Por Valor Online

28/12/2022 12h57

O Brasil tem 207,8 milhões de habitantes, segundo a prévia do Censo 2022. Em média, a população cresceu apenas 0,7% ao ano desde o último recenseamento, em 2010. **É o menor aumento populacional já registrado pelo país** — a série histórica começa em 1872.

Os dados refletem a queda no número de nascimentos. Ainda nascem mais pessoas do que morrem no Brasil, mas a diferença é cada vez menor. O resultado é o **envelhecimento da população brasileira, o que gera impactos na força de trabalho, na saúde e na previdência**. Dentro de uma ou duas décadas, o país deve começar a diminuir.

Crescimento médio anual da população brasileira desde 1872



Fonte: Cálculos do UOL a partir de dados do IBGE

O que os dados mostram?

- A população do Brasil subiu de 191 milhões, em 2010, para 208 milhões, em 2022, de acordo com a prévia do Censo;
- Desde o Censo de 1960, a taxa de crescimento vem caindo de forma contínua, mas nunca antes havia sido tão baixa;
- Os dados oficiais do Censo estão previstos para março, mas a informação de que o crescimento da população brasileira é o menor já registrado não vai mudar -- seria preciso que a população ficasse acima de 219 milhões, o que é impossível considerando todos os cálculos do IBGE;

- **A prévia aponta que a população do Nordeste é a que menos cresceu no país --metade da média nacional.** É improvável que esse quadro mude até os resultados finais do Censo, porque a diferença em relação a outras regiões é muito grande. Além disso, o Nordeste é o local do país onde o recenseamento está mais avançado;
- **Um grande número de cidades diminuiu de tamanho.** Na prévia do Censo, a proporção chega a 40% dos municípios, mas os dados podem mudar na versão final.

Prévia da população calculada com base nos resultados do Censo Demográfico 2022 até 25 de dezembro de 2022	
BRASIL E UNIDADES DA FEDERAÇÃO	POPULAÇÃO
Brasil	207.750.291
Região Norte	17.834.762
Rondônia	1.616.379
Acre	829.780
Amazonas	3.952.262
Roraima	634.805
Pará	8.442.962
Amapá	774.268
Tocantins	1.584.306
Região Nordeste	55.389.382
Maranhão	6.800.605
Piauí	3.270.174
Ceará	8.936.431
Rio Grande do Norte	3.303.953
Paraíba	4.030.961
Pernambuco	9.051.113
Alagoas	3.125.254
Sergipe	2.211.868
Bahia	14.659.023
Região Sudeste	87.348.223
Minas Gerais	20.732.660
Espírito Santo	3.975.100
Rio de Janeiro	16.615.526
São Paulo	46.024.937
Região Sul	30.685.598
Paraná	11.835.379
Santa Catarina	7.762.154
Rio Grande do Sul	11.088.065
Região Centro-Oeste	16.492.326
Mato Grosso do Sul	2.833.742
Mato Grosso	3.784.239
Goiás	6.950.976
Distrito Federal	2.923.369

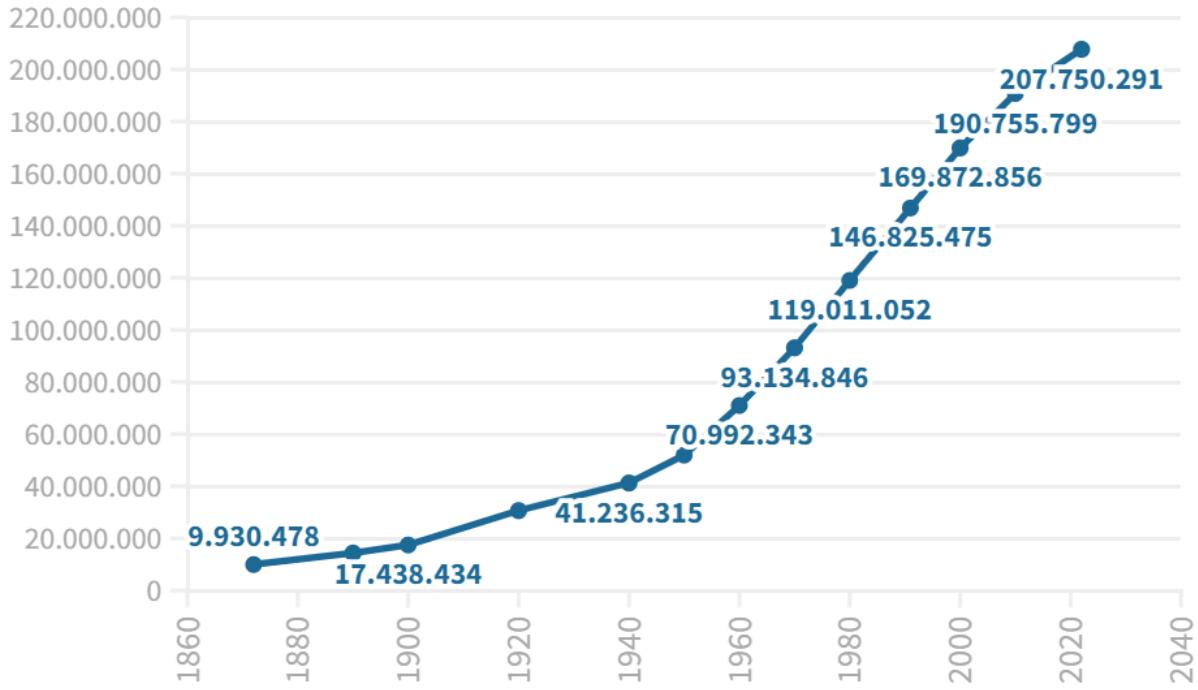
Fonte: IBGE. Diretoria de Pesquisas - DPE - Coordenação Técnica do Censo Demográfico - CTD

Por que o crescimento da população está em queda?

- **O fator principal é a queda na taxa de natalidade.** Para manter o tamanho da população no longo prazo, é necessário, no mínimo, uma média de 2,1 filhos por mulher. Em 2010, o número já estava abaixo desse patamar: 1,9. O Censo 2022 deve apresentar um resultado ainda menor.
- **A pandemia de covid-19 contribuiu para que o ritmo de crescimento caísse ainda mais, devido à alta na mortalidade.** O Conass (Conselho Nacional de Secretários de Saúde) estima que, entre 2020 e 2022, um milhão de pessoas morreram a mais do que a média dos anos anteriores. Na conta, estão as mortes pela covid-19, mas também as que podem ter ocorrido pela redução dos atendimentos médicos durante a pandemia.

- Também na pandemia, o número de nascimentos, que já estava em queda, caiu ainda mais - por motivos comportamentais, como o adiamento da gravidez e o isolamento social.
- No caso específico do Nordeste, há ainda efeitos da migração para outras regiões. A versão final do Censo vai permitir entender melhor essas dinâmicas demográficas.

Mudanças na população do Brasil em 150 anos



Fonte: IBGE

Como os dados foram calculados?

Até o dia 25 de dezembro deste ano, 83,9% da população já havia sido recenseada, somando 87,7 milhões de domicílios particulares e mais de 178 milhões de pessoas.

A prévia da população municipal em 2022 foi divulgada pelo IBGE em 28 de dezembro, para que o **TCU (Tribunal de Contas da União)** possa calcular a distribuição do orçamento federal para cada cidade.

A previsão era que os dados já trouxessem o resultado final do Censo 2022. Mas a conclusão do recenseamento foi adiada para o início de 2023.

Por isso, o IBGE optou por usar as informações já coletadas pelo Censo (179 milhões de pessoas, o que equivale a 86% do total estimado) e realizar operações estatísticas para calcular o restante.

O resultado é muito mais preciso do que a estimativa populacional do IBGE para 2021, que chegou a 213 milhões de pessoas — feita com base no Censo de 2010, com mais de uma década de defasagem, e sem levar em conta os efeitos da pandemia.

Ou seja, a população brasileira não diminuiu de 2021 para 2022. O que ocorre é que os dados de 2022 são melhores, porque são baseados em um Censo atual em fase avançada.

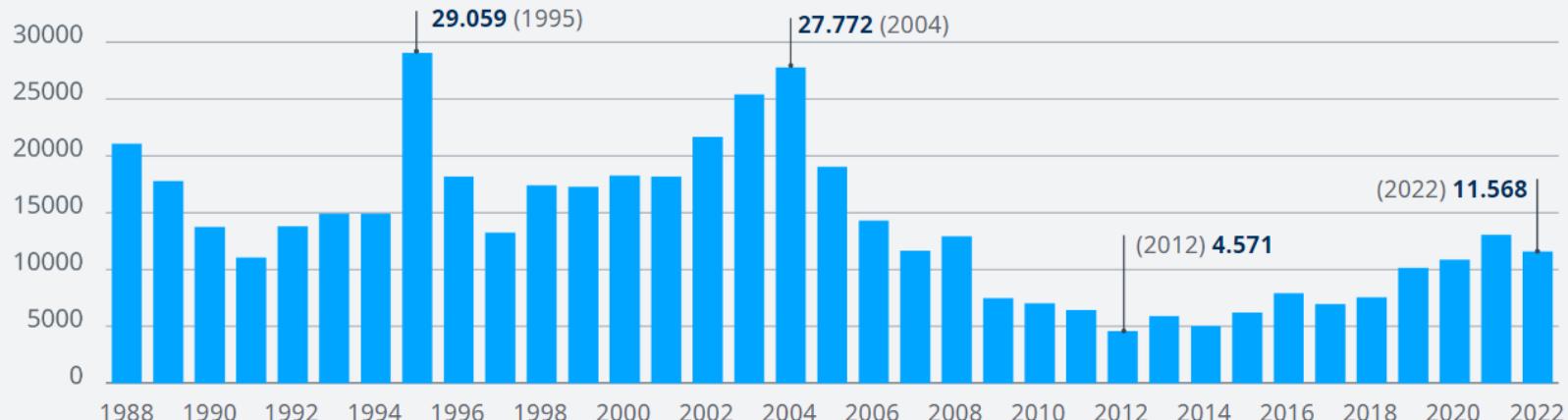
Ainda assim, espera-se que os dados mudem até a versão final do Censo 2022. Especialmente nas grandes cidades, onde o levantamento avançou menos que em cidades pequenas.

O dado nacional, por sua vez, deve mudar pouco — estatisticamente, quanto maior o nível de agregação (numa escala que vai do bairro ao país, por exemplo), menos significativas são as mudanças.

Desmatamento na Amazônia

Desmate na Amazônia cai 11%, mas permanece acima de 10 mil km² - Folha de São Paulo

Desmatamento na Amazônia



Fonte: Prodes, Inpe

Pelo quarto ano consecutivo, o desmatamento na Amazônia, em um ano, ultrapassou os 10 mil km². Os dados do programa Prodes, do Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), mostram que foram ao chão 11.568 km² de floresta de agosto de 2021 a julho de 2022. O número, porém, é cerca de 11% inferior à taxa do período anterior e interrompe uma sequência de crescimento que vinha desde 2018.

De toda forma, os números permanecem elevados —os mais de 11 mil km² equivalem a mais de sete cidades de São Paulo ou uma Manaus—, e são especialmente preocupantes ao se considerar os alertas de que a Amazônia não está distante de um **ponto de não retorno**. **Se ele for atingido, devido ao desmatamento, a floresta poderá passar por uma savanização, com a perda de sua biodiversidade e serviços ecossistêmicos.**

A situação é ainda mais crítica ao se considerar o **avanço da crise climática, que deixa cada vez mais explícitos os eventos extremos que deverão ser experienciados com maior frequência pela população mundial**. Conter o desmatamento, especialmente na Amazônia, é central para o papel do Brasil frente às mudanças climáticas. **No país, a derrubada de floresta é a principal fonte de emissões de gases-estufa.**

Além disso, o desmate explosivo ocorrido sob o governo de Jair Bolsonaro (PL) vem trazendo problemas para a imagem do Brasil no exterior, o que gera dificuldades comerciais e perdas de parcerias —o exemplo máximo foi a paralisação do bilionário Fundo Amazônia.

Desde antes do início de sua gestão, Bolsonaro colocou em dúvida dados de desmatamento e de queimadas produzidos pelo Inpe, um órgão do governo. Também criticou publicamente ações de combate ao desmate.

Os dados do Prodes mostram que novamente **os estados que mais desmataram foram, pela ordem, Pará, Amazonas, Mato Grosso e Rondônia, que respondem por quase 88% da perda documentada**. O Amazonas ocupa a segunda posição no ranking de devastação pelo segundo ano consecutivo —até 2020, esse lugar era ocupado por Mato Grosso.

O avanço do desmate no estado é fator de atenção e preocupação, considerando as ainda amplas áreas bem conservadas da região. Inclusive, **o Amazonas foi o único, de agosto de 2021 a julho de 2022, a registrar aumento de desmate em relação ao Prodes anterior**. O crescimento foi de cerca de 13%. Pará e Mato Grosso, os outros estados que completam o top 3 de desmate, tiveram reduções de, respectivamente, quase 21% e cerca de 14%.

Congresso derruba voto a lei Padre Julio Lancellotti



O Congresso derrubou, em votação simbólica (16.dez.2022), o veto do presidente Jair Bolsonaro (PL) para a Lei Padre Julio Lancellotti, que proíbe a construção de objetos e estruturas que impossibilitam a permanência de pessoas em situação de rua, idosos, jovens e outros grupos em locais livres e públicos. O texto vedava a chamada “arquitetura hostil”.

A proposta recebeu o nome de Lei Padre Julio Lancellotti, em homenagem ao sacerdote católico que realiza assistência às pessoas em situação de rua na capital paulista. Ele é pároco da igreja São Miguel Arcanjo, no bairro paulistano da Mooca.

Em fevereiro de 2021, pedras foram instaladas embaixo do viaduto Dom Luciano Mendes de Almeida, localizado na zona leste de São Paulo. Na época, Lancellotti foi ao local para retirar as pedras a marretadas. Depois da repercussão negativa, a prefeitura da capital paulista retirou os paralelepípedos.

De acordo com o governo, Bolsonaro vetou o projeto porque “a medida poderia ocasionar uma interferência na função de planejamento e governança local da política urbana, ao buscar definir as características e condições a serem observadas para a instalação física de equipamentos e mobiliários urbanos”.

O texto aprovado pelo Congresso incluía no Estatuto da Cidade, que estabelece as diretrizes gerais da política urbana, a determinação de “promoção de conforto, abrigo, descanso, bem-estar e acessibilidade” nos espaços livres de uso público.

Em nota, a Secretaria Geral da Presidência afirmou que “o emprego da expressão de técnicas construtivas hostis poderia gerar insegurança jurídica, por se tratar de um conceito ainda em construção, ou seja, terminologia que ainda se encontra em processo de consolidação para sua inserção no ordenamento jurídico”.

Os vetos presidenciais são analisados pelo Congresso e podem ser mantidos ou rejeitados pelos deputados e senadores. Como foi derrubado, a proposta será encaminhada para promulgação e se tornará lei em definitivo.

Lula sanciona lei que equipara injúria racial ao racismo



O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) sancionou (11.jan.2023) lei aprovada pelo Congresso Nacional que equipara o crime de injúria racial ao de racismo e amplia as punições. A solenidade de sanção se deu durante a cerimônia de posse, no Palácio do Planalto, das ministras Sonia Guajajara (Ministério dos Povos Indígenas) e Anielle Franco (Ministério da Igualdade Racial).

Agora, a injúria racial pode ser punida com reclusão de 2 a 5 anos. Antes, a pena era de 1 a 3 anos.

A pena será dobrada se o crime for cometido por duas ou mais pessoas. Também haverá aumento da pena se a injúria racial for praticado em eventos esportivos ou culturais e para finalidade humorística.

A nova legislação se alinha ao entendimento do STF (Supremo Tribunal Federal) que, em outubro de 2022, equiparou a injúria racial ao racismo e, por isso, tornou a injúria, assim como o racismo, um crime inafiançável e imprescritível.

A injúria racial é a ofensa a alguém, um indivíduo, em razão da raça, cor, etnia ou origem. E o racismo é quando uma discriminação atinge toda uma coletividade ao, por exemplo, impedir que uma pessoa negra assuma uma função, emprego ou entre em um estabelecimento por causa da cor da pele.

Sancionada lei que autoriza telemedicina no Brasil

A lei que regulamenta a prática da telemedicina no Brasil foi sancionada em 27/12/2022. A legislação estabelece os critérios para o atendimento médico à distância, que ganhou espaço no país com a pandemia de Covid-19.

Também chamada de telessaúde, a modalidade consiste na oferta de serviços de saúde por meio da utilização de tecnologias de comunicação envolvendo a transmissão segura de dados e informações.

“A telessaúde abrange a prestação remota de serviços relacionados a todas as profissões da área da saúde regulamentadas pelos órgãos competentes do Poder Executivo federal”, diz trecho da lei.

Entre as regras estabelecidas pela legislação estão a autonomia do profissional de saúde, o direito da recusa ao atendimento na modalidade à distância pelo paciente e a confidencialidade dos dados. Veja abaixo:

- autonomia do profissional de saúde;
- consentimento livre e informado do paciente;
- direito de recusa ao atendimento na modalidade telessaúde, com a garantia do atendimento presencial sempre que solicitado;
- dignidade e valorização do profissional de saúde;

- ❑ assistência segura e com qualidade ao paciente;
- ❑ confidencialidade dos dados;
- ❑ promoção da universalização do acesso dos brasileiros às ações e aos serviços de saúde;
- ❑ estrita observância das atribuições legais de cada profissão,
- ❑ responsabilidade digital.

De acordo com a lei sancionada, os atos do profissional de saúde, quando praticados na modalidade telessaúde, terão validade em todo o território nacional.

Além disso, compete aos conselhos federais de fiscalização do exercício profissional a normatização ética relativa à prestação dos serviços, aplicando-se os padrões normativos adotados para as modalidades de atendimento presencial.

Pela norma, é obrigatório o registro das empresas intermediadoras de serviços médicos, assim consideradas as pessoas jurídicas que contratam, de forma direta ou indireta, profissionais da área médica para o exercício da telemedicina, bem como o registro de um diretor técnico médico dessas empresas, no Conselho Regional de Medicina dos Estados em que estão sediadas.

'Revisão da vida toda' do INSS é confirmada no STF

O Supremo Tribunal Federal (STF) confirmou em 01/12/2022 uma decisão de fevereiro de 2022 que permite que aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) tenham direito à chamada "revisão da vida toda".

Essa revisão poderá ser pedida pelos trabalhadores que começaram a contribuir para o INSS antes de 1994 e que se aposentaram depois de 1999.

Naquele ano, o cálculo do valor dos benefícios começou a ser feito considerando apenas os valores recolhidos depois da criação do Plano Real – ou seja, para calcular a média dos salários que servirá como base de pagamento da aposentadoria, o instituto usa apenas os pagamentos em reais.

A 'revisão da vida toda' é um novo cálculo da média mensal, que vai considerar todos os salários do trabalhador, mesmo os anteriores a julho de 1994, feitos em outras moedas, como o cruzeiro real e o cruzeiro.

A análise estava em plenário virtual em março, com placar fechado de 6 a 5 a favor de aposentados e pensionistas, quando um pedido de destaque do ministro Nunes Marques zerou a votação e a levou para o plenário físico.

Para quem vale a pena a revisão

A revisão só beneficia quem tinha altos salários antes de 1994 e cujas contribuições, ao serem computadas na aposentadoria, farão diferença no cálculo do valor.

De acordo com o especialista João Badari, trabalhadores que ganhavam menos não terão vantagem – se forem incluídas as remunerações antigas de baixo valor, isso poderá diminuir a aposentadoria recebida hoje.

"Revisão da vida toda é uma ação de exceção. O segurado deve atender a esses requisitos para não ser prejudicado. Além disso, é preciso fazer os cálculos, pois não compensa para todo mundo", afirma.

Ele explica que, além do fator previdenciário, que diminui o valor mensal em razão da idade, expectativa de vida e o tempo de contribuição, os valores anteriores a 1994 não fazem parte do cálculo realizado, diminuindo o valor mensal inicial pago como benefício.

"Para muitos segurados que recebiam salários altos antes de 1994, o valor do benefício foi consideravelmente prejudicado", disse.

Quem pode pedir

Para se beneficiar da "revisão da vida toda", é preciso preencher os seguintes requisitos:

- Ter aposentadoria com data de início entre 29/11/1999 e 12/11/2019, para que tenha havido a aplicação da regra de transição contida no artigo 3º da Lei 9.876/1999 – neste caso, a média salarial calculada pelo INSS para pagar a aposentadoria foi feita com os 80% maiores salários desde julho de 1994, quando o Plano Real passou a valer;
- Ter recebido o primeiro pagamento do benefício nos últimos 10 anos, desde que seja antes da reforma da Previdência, que entrou em vigor em novembro de 2019;
- Ter começado a contribuir com o INSS antes de julho de 1994.

Pode pedir a revisão somente quem recebeu o primeiro pagamento do benefício previdenciário nos últimos 10 anos, em razão do prazo decadencial. Esse prazo é contado a partir do mês seguinte à data em que o segurado recebeu a primeira aposentadoria.

Caso o segurado tenha feito algum pedido de revisão nos últimos 10 anos, o prazo é interrompido e só recomeça a contar depois da resposta do INSS. Se o instituto não se manifestou sobre o pedido de revisão, o protocolo pode ser usado como prova.

“Por isso, é importante ingressar com ação na Justiça o mais rápido possível para conseguir ter o direito julgado de acordo com a decisão da corte superior”, orienta Badari.

Caso o aposentado há menos de 10 anos queira revisar seu benefício, deverá realizar um cálculo prévio com a conversão das moedas anteriores para verificar se realmente o benefício será aumentado.

Quais benefícios podem ser revistos?

Os benefícios do INSS que podem ser contemplados com a "revisão da vida toda" são:

- aposentadoria por idade
- aposentadoria por tempo de contribuição
- aposentadoria especial
- aposentadoria da pessoa com deficiência
- aposentadoria por invalidez
- pensão por morte

Como pedir a revisão

Para pedir a "revisão da vida toda", os segurados devem ingressar com uma ação levando em conta as seguintes situações:

- Juizado Especial Federal, quando o valor da causa é até 60 salários mínimos;
- Justiça Federal, quando o valor da causa é acima de 60 salários mínimos.

Entenda a 'revisão da vida toda'

Tudo começou com a Lei 9.876/99 que modificou a regra de cálculo para os benefícios, entre eles as aposentadorias. Antes desta lei, todos os benefícios eram concedidos com base nas últimas 36 contribuições existentes nos últimos 48 meses antes do pedido de aposentadoria.

Foram criadas, então, duas regras, a definitiva e a regra de transição. Na regra de transição, utilizada para o cálculo de todos os benefícios de quem já estava contribuindo com o INSS antes da nova regra, só deveriam ser considerados os salários de contribuição a partir de julho de 1994.

Por outro lado, a regra de cálculo definitiva, válida para quem entrasse no INSS depois, previa a inclusão de todos os salários de contribuição de toda a vida para cálculo de benefícios.

O INSS, desde então, sempre considerou somente as contribuições de julho de 1994 para a concessão de todos os benefícios.

Segurados dentro da regra de transição que teriam um benefício maior caso estivessem dentro da regra definitiva passaram a pedir na Justiça a revisão dos benefícios, solicitando a utilização da regra de cálculo definitiva e não de transição.

Em dezembro de 2019, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu que era possível a aplicação da regra definitiva e não a regra transitória de cálculo, caso resultasse em benefício mais vantajoso ao segurado.

Depois do julgamento do STJ, faltava somente o julgamento do STF para colocar um ponto final na espera dos milhares de segurados que aguardam com seus processos de revisão parados.

Extrema pobreza bate recorde no Brasil em dois anos de pandemia, diz IBGE

A pandemia da covid-19 fez disparar a pobreza no Brasil. Dados divulgados em 02/12/2022 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostram que, em 2021, o número de brasileiros vivendo abaixo da linha da pobreza aumentou 22,7% na comparação com 2020. Já o número de pessoas em situação de extrema pobreza saltou 48,2% no mesmo período.

Os dois aumentos foram recordes, segundo o IBGE. Desde 2012, o país nunca havia registrado um avanço tão grande da pobreza e, sobretudo, da extrema pobreza. Em números absolutos, 11,6 milhões de brasileiros passaram a viver abaixo da linha da pobreza. Outros 5,8 milhões passaram a viver em condições de extrema pobreza.

Com esse crescimento, o Brasil passou a ter 62,5 milhões de pessoas abaixo da linha da pobreza, dos quais 17,9 milhões eram extremamente pobres. Isso equivale a dizer que 29,4% da população do Brasil estava pobre e 8,4%, extremamente pobre.

Ou seja, entre cada 10 brasileiros, aproximadamente três viviam abaixo da linha da pobreza e um em condição de extrema pobreza.

A pesquisa mostrou também que, em 2021:

- Quase metade (46,2%) das crianças menores de 14 anos de idade viviam abaixo da linha de pobreza - recorde da série histórica iniciada em 2012;
- O percentual de jovens de 15 a 29 anos pobres (33,2%) é o triplo dos idosos (10,4%);

- ❑ Cerca de 62,8% das pessoas que vivem em domicílios chefiados por mulheres sem cônjuge e com filhos menores de 14 anos estavam abaixo da linha de pobreza;
- ❑ A proporção de pretos e pardos abaixo da linha de pobreza (37,7%) é praticamente o dobro da proporção de brancos (18,6%).
- ❑ O rendimento domiciliar per capita caiu para R\$1.353, o menor nível desde 2012.
- ❑ Índice de Gini, que mede a desigualdade, voltou a crescer e chegou a 0,544, segundo maior patamar da série. O índice varia de 0 a 1 e, quanto mais perto de 1, maior a desigualdade.

Critérios

Pelos critérios do Banco Mundial, são consideradas extremamente pobres as famílias que dispõem de menos de US\$ 1,90 por dia para viver, valor que correspondia, em 2021, a uma renda per capita mensal de R\$ 168.

Já as famílias classificadas como pobres são aquelas que têm menos de US\$ 5,50 por dia para garantir a sobrevivência de todos que vivem no mesmo domicílio, o que equivalia a uma renda mensal per capita de R\$ 486.

Nordeste lidera a extrema pobreza

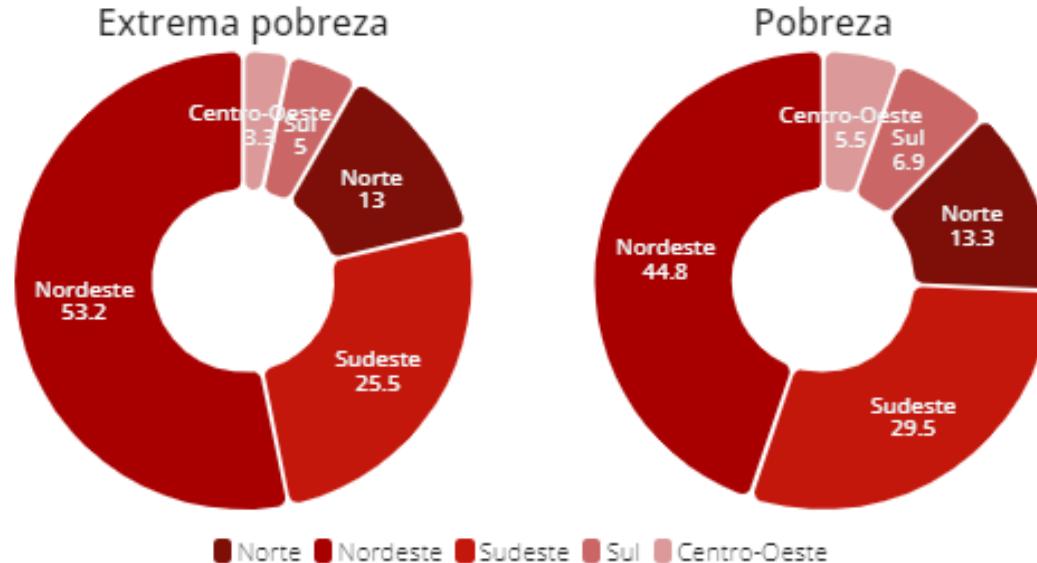
De acordo com o levantamento do IBGE, foi nas regiões Norte e Nordeste que a pobreza teve o maior avanço. A situação mais grave, no entanto, é a do Nordeste, que concentra mais da metade das pessoas extremamente pobres do país.

Quase metade dos pobres do país também vivia no Nordeste em 2021.

"Com exceção de Rondônia e Tocantins, a incidência da pobreza nas regiões Norte e Nordeste atingiu mais de 40% de suas populações em 2021", destacou o IBGE.

Distribuição (em %) regional da população por linha de pobreza

Região Nordeste concentra mais da metade dos extremamente pobres do país; quase metade dos pobres também é nordestina.



g1

Source: IBGE

Rendimento domiciliar cai ao menor nível histórico

O IBGE destacou que, em 2021, o rendimento médio domiciliar per capita foi estimado em R\$1.353, o menor nível da série histórica, iniciada em 2012.

“A recuperação do mercado de trabalho em 2021 não foi suficiente para reverter as perdas de 2020. Isso e a redução dos valores do Auxílio-Emergencial, podem ajudar a explicar esse resultado”, avaliou André Simões, analista da pesquisa.

O pesquisador enfatizou, ainda, que a renda do trabalho tinha menor participação no rendimento dos mais pobres, sendo mais relevante para estes a renda transferida pelos programas assistenciais do governo.

No total da população, o rendimento do trabalho representava 75,3% do total de rendimentos, enquanto os Benefícios de programas sociais representavam 2,6%.

No entanto, entre os que recebiam até $\frac{1}{4}$ de salário-mínimo per capita, o rendimento do trabalho representava 53,8%, enquanto a parcela proveniente de programas sociais chegava a 34,7%.

“São domicílios mais vulneráveis e com acesso limitado ao mercado de trabalho. Por isso, os programas sociais acabam tendo maior impacto”, avaliou Simões.

1,8 milhão de brasileiros foram assaltados em 2021, diz IBGE

Cerca de 1,8 milhão de pessoas foram vítimas de roubo no país em 2021, o equivalente a 1,1% da população brasileira, segundo dados do Instituto Nacional de Geografia e Estatística (IBGE). O levantamento inclui roubo a carros, motos, bicicletas, dentro e fora do domicílio.

A pesquisa ainda aponta que o uso de arma, não necessariamente de fogo, foi maior nos roubos de veículos, como carro (95%) e moto (86,2%). O percentual leva em conta somente o último roubo ocorrido nos 12 meses analisados. No roubo de bens fora do domicílio, o uso de arma ficou acima de 80%, enquanto nos roubos de bicicleta e domicílio, os percentuais foram menores (63,3% e 60,5%, respectivamente).

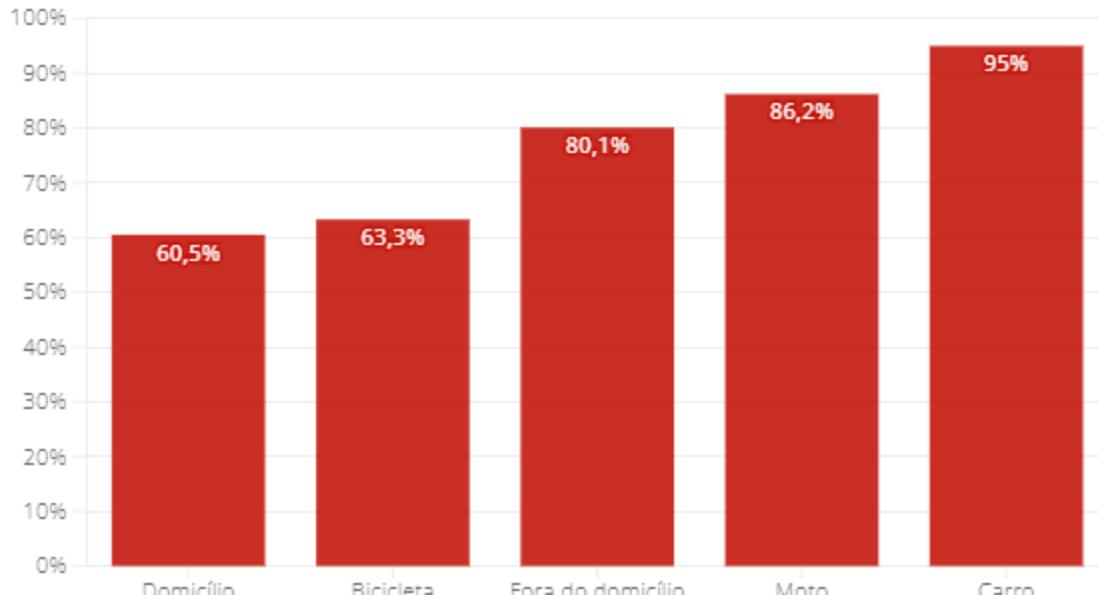
A arma de fogo foi o tipo de arma mais utilizada em roubos. Nos roubos de carro (97,6%), moto (96,9%) e domicílio (90,8%), em que foi utilizada alguma arma, mais de 90% eram armas de fogo. Nos roubos de bens fora do domicílio, o percentual de uso de armas de fogo ficou em 87,7%. Para o roubo de bicicleta, o uso de arma de fogo teve o menor resultado (69,5%). Na metodologia do IBGE, mais de uma arma podem ser usadas no crime.

O levantamento foi feito pelo IBGE em parceria com o Ministério da Justiça e Segurança Pública, com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua do quarto trimestre de 2021.

Uso de algum tipo de arma no último roubo

Segundo o tipo de roubo, em %

Dados de 2021



g1

Fonte: IBGE (PNAD 2021)

Os dados de roubos dentro e fora da residência não levam em conta os roubos de carros, motos e bicicletas, que foram analisados separadamente.

No caso dos bens roubados fora do domicílio, os itens mais citados foram telefone celular (83,7%), dinheiro (36,3%), documento (23,4%), cartão de débito ou crédito ou cheque (18,5%) e joia, bijuteria ou relógio (10%).

Já dentro de casa, os bens mais roubados são telefone celular (64%), dinheiro (31,2%), joia, bijuteria ou relógio (19,2%), aparelho eletrodoméstico (18,9%), documento (16,3%), cartão de débito ou crédito ou cheque (14,9%), roupa ou calçado (12,2%) e computador ou tablet (7,9%).

Segundo o IBGE, a alta proporção de celulares roubados no domicílio e, em maior medida, fora do domicílio, mostra a atratividade desse tipo de bem para a vitimização.

Os dados, ao contrário do divulgados anualmente pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, incluem roubos que não são informados às polícias. Por isso, os números diferem dos do Anuário Brasileiro de Segurança Pública.

Segundo o IBGE, a maior parte das vítimas sofreu roubo de bens fora do domicílio (67,8%), seguido de roubo do próprio domicílio (23%). O roubo de veículos e bicicleta vitimou uma proporção bem menor de pessoas: 6,8% das vítimas sofreram roubo de carro, 5,6% roubo de moto e 3,0% roubo de bicicleta. Uma pessoa pode ter sido vítima de mais de um tipo de roubo no período de 12 meses anteriores à data da entrevista.

Além disso, nem todas as vítimas procuraram a polícia após o crime. A taxa de procura para roubos de carros é a maior das cinco categorias, 91%, seguida pela de motos (82,5%), fora do domicílio (57,9%), no domicílio (57,1%) e de bicicleta (52,4%).

Nas situações em que não houve procura pela polícia ou guarda municipal, o motivo mais citado foi “não acreditava na polícia”, com 26,9%, seguido dos motivos “recorreu a terceiros ou resolveu sozinho(a)” (24,3%), “falta de provas” (15,2%), “medo de represália” (12,8%), “outro motivo” (11,5%) e “não era importante” (9,3%).

2,9 milhões de residências com alguém vítima de furto

O IBGE também aponta que, em 2021, 2,9 milhões de domicílios tinham pelo menos um morador que foi vítima de furto nos últimos 12 meses à data da entrevista, correspondendo a 4,0% do total de domicílios particulares do país.

Foram 342 mil furtos de veículos (192 mil de carros e 150 mil de motos) e 388 mil furtos de bicicleta. Houve 1,7 milhão de furtos nos domicílios e 1,4 milhão de furtos fora do domicílio.

O instituto ressalta que os números no levantamento podem destoar dos registros administrativos de furto patrimonial, uma vez que o entrevistado pode relatar como furto bens que se perderam sem explicação ou bens de pouca importância para gerar um registro policial.

As vias públicas (ruas, estradas, praias, praças etc.) foram os principais locais de ocorrência de furtos de carro (75,1%) e moto (68,8%). Já no caso das bicicletas, o principal local foi em algum domicílio (66,3%), que poderia ser do próprio morador ou de outra pessoa.

Considerando o último furto ocorrido nos 12 meses anteriores à entrevista, em 80,3% dos furtos de carro e 84,9% dos furtos de moto houve procura pela polícia. Para furtos fora do domicílio (não considerando carro, moto ou bicicleta), a procura foi de 44,8%, seguida por 31,4% para furtos de domicílio e 28,5%, de bicicleta.

Nos furtos em que não houve procura pela polícia, os principais motivos informados foram “falta de provas” (24,1%), seguido de “não acreditava na polícia” (23,6%), “não era importante” (22,0%), “recorreu a terceiros ou resolveu sozinho(a)” (14,4%), “outro motivo” (9,3%) e “medo de represália” (6,7%).

Terras indígenas com povos isolados são as mais ameaçadas da Amazônia, aponta estudo do Ipam



As Terras Indígenas (TIs) da Amazônia com a presença de povos isolados (que têm pouca ou nenhuma interação com grupos de fora) são as mais ameaçadas do bioma.

A constatação é de um estudo realizado pelo Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam) em conjunto com a Coiab (Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira).

Foram consideradas como critérios de risco cinco categorias: de cunho jurídico-institucional, desmatamento ilegal, queimadas, grilagem de terras públicas e mineração ilegal.

Entre outros pontos, o estudo mostra que:

- ❑ Somadas, as TIs com presença de isolados representam 653 km², ou 62% da área de todas as Terras Indígenas do bioma;
- ❑ 6 entre as 10 TIs que tiveram o maior aumento de desmatamento são territórios com presença de povos isolados;
- ❑ A TI Ituna/Itatá, no Pará, registrou alta de 441% nos focos de calor nos últimos três anos. Essa foi a segunda terra indígena com maior aumento de focos de calor, passando de 74 (2016-2018) para 400 focos (2019-2021);

- ❑ 34% das 44 TIs com presença de povos indígenas isolados não tiveram seus processos de regularização fundiária concluídos;
- ❑ Doze territórios com povos indígenas isolados estão sob risco “alto” ou “muito alto” (de garimpo, grilagem, desmatamento e queimada), sendo quatro em situação crítica: TI Ituna/Itatá, no Pará; TI Jacareúba/Katawixi, no Amazonas; TI Piripkura, em Mato Grosso; e TI Pirititi, em Roraima.

"A Amazônia brasileira é o lugar do mundo com a maior concentração de populações indígenas em situação de isolamento. Exigimos que o novo governo federal reverta o legado de destruição deixado pelo anterior, que desmantelou as políticas indigenistas e os nossos direitos."

— Élcio Severino da Silva Manchineri, coordenador-executivo da Coiab

O coordenador da Coiab acrescenta ainda que "o movimento indígena está organizado para enfrentar as ameaças aos nossos territórios e à autodeterminação dos povos indígenas, e para defender a vida dos povos isolados".

Desmatamento

Embora as TIs sejam as terras públicas menos desmatadas historicamente, entre 2019 e 2021, justamente nos primeiros três anos do governo Bolsonaro, as ameaças se consolidaram de maneira expressiva nesses territórios, de acordo com o levantamento.

Nesse período, seis das dez terras com maior aumento no desmatamento no bioma eram de povos isolados: as terras indígenas Ituna/Itatá, Kayapó e Munduruku, no Pará, Yanomami, em Roraima e Amazonas, Piripkura e Parque do Xingu, em Mato Grosso.

No estudo, o Ipam analisou todas as 332 TIs do bioma amazônico, sendo 44 delas com isolados.

Queimadas e grilagem

Ainda de acordo com os dados do estudo, entre as dez mais afetadas por incêndios, a TI Piripkura teve aumento de 54% nos focos de calor entre 2019 e 2021 em relação ao período entre 2016 e 2018.

No mesmo período, o desmatamento foi cerca de 20 vezes maior, colocando o território entre os dez mais desmatados nos últimos três anos.

Além disso, um quinto (22%) da área da TI tem sobreposição com registros de CAR (Cadastro Ambiental Rural), um indicador da invasão e da grilagem de terras.

Criado para combater o desmatamento e regularizar áreas ambientais, esse é um instrumento público de cadastro obrigatório para todas as propriedades rurais. Contudo, como seu preenchimento é autodeclaratório, ele vem sendo utilizado por grileiros, ilegalmente, para emular uma posse.

“O avanço do CAR no interior das terras indígenas é o mais preocupante, pois é um atestado de que o crime tem compensado. É uma forma de os criminosos ‘formalizarem’ as invasões. Mas, por lei, essas terras são dos povos indígenas.”

— Rafaella Silvestrini, pesquisadora no Ipam

Segundo o Ipam, terras indígenas com isolados no geral têm maior área (10,9%) com sobreposição de cadastros ilegais do que as sem isolados (7,8%), e são a metade dos territórios atingidos pelo garimpo.

As TIs Kayapó e Munduruku, no Pará, Yanomami, em Roraima e Amazonas, e Sawré Muybu, também no Pará, com presença de isolados, são, nessa ordem, as que possuem maior área invadida por garimpeiros.

Cobrança

Diante do cenário, as entidades cobram ações do governo federal. "Hoje, com a tecnologia, temos tudo mapeado. Sabemos exatamente onde os crimes ambientais vem acontecendo. Agora, é o poder público agir, restabelecendo instrumentos de fiscalização já existentes nas políticas ambientais, com responsabilização de infratores", afirma Silvestrini.

Na sua conclusão, a Nota Técnica do estudo pede a garantia dos direitos fundamentais dos povos indígenas, a proteção dos territórios e a demarcação imediata das terras reivindicadas pelos povos originários.

"É preciso promover incentivos econômicos, fiscais e legais que estimulem a sociobioeconomia no entorno indígena ou não indígena dos territórios com a presença de isolados e, como pilar fundamental para assegurar o controle do desmatamento ilegal, a incidência de fogo e as violações dos direitos humanos dos povos originários e de seus territórios", diz o texto.

Brasil passa a operar caças Gripen, os mais avançados da América Latina



Após 16 anos do lançamento do projeto FX-2, o caça sueco F-39 Gripen E/F entrou em operação em 16/12/2022 na Força Aérea Brasileira (FAB). Trata-se da mais moderna aeronave em operação na América Latina, que vai equipar o 1.º Grupo de Defesa Aérea (1.º GDA), em Anápolis (GO).

“O recebimento das primeiras aeronaves Gripen simboliza um marco para a Força Aérea Brasileira. É a concretização de um projeto de longo prazo, que se traduz agora em capacidades operacionais que o País nunca teve”, disse o tenente-brigadeiro Carlos de Almeida Baptista Junior, comandante da FAB.

A renovação da aviação de caça é um dos principais projetos estratégicos do Ministério da Defesa. Inicialmente, ele previa a compra e a entrega até 2027 de 36 Gripen por US\$ 3,7 bilhões ou R\$ 20 bilhões em valores atuais.

Mas outras quatro aeronaves foram acrescidas neste ano ao contrato em vigor, totalizando 40 caças, que serão produzidos pela Saab em parceria com a Embraer. A FAB estuda ainda adquirir mais 26 Gripen por meio de outro contrato.

“Considero que, diante das dimensões continentais que o país possui, a aquisição de um segundo lote é uma necessidade que deve ser imediatamente analisada”, afirmou o comandante da FAB. Para ele, apesar das dificuldades fiscais do Brasil, é preciso que seja assegurado o fluxo de recursos para que o projeto mantenha “uma cadência de entregas adequada”.

As quatro primeiras unidades fabricadas na Suécia e trazidas para o Brasil em navios foram incorporadas ao 1.º GDA em 17/12/2022. As 15 últimas do primeiro lote de 36 caças serão construídas no país.

“As parcerias formadas entre Brasil e Suécia garantem uma ampla transferência de tecnologia, que tem resultado em benefícios significativos em toda a cadeia produtiva envolvida”, disse Baptista Junior.

O acordo para a compra do Gripen prevê ainda o treinamento de dois anos para 350 profissionais que vão cuidar da preparação das aeronaves na planta da Saab em São Bernardo do Campo e da montagem final na planta da Embraer, em Gavião Peixoto (SP).

Foi ali que pilotos de prova da FAB, da Embraer e da Saab executaram ensaios em voo, parte do programa de transferência tecnológica, para que os caças recebessem a licença inicial de operação. Só então os quatro aparelhos puderam ser transferidos para o 1.º GDA, na Base Aérea de Anápolis (BAAN).

Por enquanto, os F-39 ficarão em Anápolis, mas o comando da FAB estuda distribuí-los em outras bases, de acordo com a necessidade operacional, a disponibilidade de infraestrutura e a posição geográfica.

O Gripen vai substituir paulatinamente os F-5M, caça de fabricação americana que entrou em serviço no Brasil em 1975 e cuja modernização, executada pela Embraer, terminou em 2020.

Escolha

Foi em uma concorrência com os caças F-18 Hornet americano e Rafale francês que o Gripen foi escolhido pela FAB para equipá-la nas próximas décadas.

“O conjunto formado pelo novo vetor e os modernos armamentos adquiridos coloca a defesa aeroespacial brasileira em um elevado patamar, com um poder dissuasório inédito”, disse Baptista Junior.

Segundo a FAB, o avião pode receber mísseis ar-ar de curto e de longo alcance, mísseis ar-superfície e bombas guiadas por laser ou GPS para emprego contra alvos na terra e no mar.

A carga em armamentos externos pode ser de até sete toneladas – a aeronave pode decolar com peso máximo de 16,5 toneladas para missões de defesa aérea, ataque e reconhecimento sem precisar voltar para a base e mudar a sua configuração.

Embaixo das asas, o Gripen pode carregar até sete mísseis BVR Meteor e dois mísseis infravermelhos Iris-T. Ambos foram comprados recentemente pela FAB, após o abandono do projeto em parceria com a África do Sul para o fornecimento de mísseis. No futuro, o Gripen poderá disparar mísseis cruzeiro.

Segundo a FAB, o Gripen voará com sua capacidade completa em 2025. Só então todos os sistemas da nova aeronave estarão integrados, testados e prontos para serem empregados em combate.

São sistemas que contaram com a participação de empresas brasileiras no desenvolvimento da produção de peças estruturais e de aviônicos – a eletrônica de bordo dos aviões -, além de suporte logístico para a manutenção no País.

Um deles foi o desenvolvimento do Wide Area Display(WAD) pela empresa AEL, uma solução tecnológica que foi adotada pela Força Aérea Sueca, transformando o fabricante brasileiro em fornecedor para os F39 Gripen E/F produzidos para os dois países – a Suécia adquiriu 60 desses caças.

Treinamento

Os pilotos brasileiros selecionados para voar o Gripen fazem um treinamento de seis meses na Suécia, voando o Gripen C/D, uma versão mais antiga do caça. Após essa etapa, o treinamento é concluído no Brasil, já com o novo Gripen E, modelo adotado pela FAB, que será a primeira a operá-lo.

Aqui, a Aeronáutica está terminando de criar o pacote de treinamento que vai durar um ano, incluindo a parte teórica dos sistemas do avião, o treinamento no simulador e os voos reais.

O maior desafio para os pilotos será aprender a gerenciar os múltiplos sistemas embarcados no Gripen de forma quase simultânea. É que o caça é uma aeronave com múltiplas funções e armamentos inexistentes na FAB.

Além disso, ele tem potência e manobrabilidade superiores aos das aeronaves atuais e equipamentos de última geração, como o radar eletrônico capaz de encontrar alvos a distâncias superiores, inclusive com detector passivo por infravermelho.

Para suas tarefas, o piloto do Gripen contará com um sistema de controle de voo e de piloto automático, o que permitirá que sua atenção seja voltada mais para os sistemas de combate, sem ser sobrecarregado com o trabalho para o voo básico.

O custo da hora de voo do F39 é de US\$ 4,5 mil, bem menor do que os US\$ 15 mil de seu concorrente francês, o Rafale. É com esse avião “barato” que a FAB pretende recuperar sua capacidade de defesa do espaço aéreo em um entorno estratégico que abriga o caça russo Sukhoi SU-30, da Venezuela, e o americano F-16, do Chile.

O início de uma nova era na defesa aérea do Brasil

A mais nova máquina de guerra do Brasil pode muito. Pode voar a 2.400 km/h e a 16 km de altitude. Cobre a distância entre São Paulo e Rio em 12 minutos e leva debaixo das asas seis toneladas de mísseis e bombas. Uma dessas armas, o míssil Meteor, atinge alvos a até 200 km. Custa, a peça, US\$ 2,5 milhões.

O segundo míssil é o Iris-T, para atuar no raio de 30 km. Sai por US\$ 430 mil. Ambos são fornecidos por consórcios europeus. Carregado para sua missão básica, a defesa aérea, cobre 1.500 km de raio de ação.

O novo caça da FAB, o F-39 Gripen E/F, recebido com festa na base aérea de Anápolis, é o mais avançado avião de combate da América Latina. O lote contratado com o fornecedor sueco Saab – 36 aeronaves por US\$ 3,7 bilhões, em 2014, com transferência de tecnologia – cresceu.

O comandante da Aeronáutica, brigadeiro Carlos Batista Jr. anunciou, em abril, a extensão da encomenda para mais 4 supersônicos. Ele também abriu negociações de um segundo lote, com 26 unidades.

Os Gripen ficarão com o 1.º Grupo de Defesa Aérea (GDA) de Anápolis. O plano prevê que parte da frota equipe uma nova base. O caça não vai envelhecer. Seu software é de arquitetura aberta, facilita a atualização constante.

O F-39 é o último caça multimissão que a FAB compra fora do País. O tempo de convivência com o novo caça é estimado em 40 anos. Passando por até seis processos de atualização, eles podem operar até 2063. Segundo um brigadeiro ouvido pelo Estadão, “é tempo suficiente para toda a pesquisa e desenvolvimento que um programa desses implica”.

Os fundamentos da ideia consideram necessidade estratégica e possibilidades comerciais. A base industrial do setor, liderada pela Embraer Defesa & Segurança, já reúne 42 organizações.

A referência de tudo é o atual contrato com a Saab. Os 8 caças do modelo F de dois lugares estão sendo projetados por um bureau binacional, com engenheiros suecos e brasileiros.

No futuro, o sucessor do F-39 disputará um mercado denso. Para competir na segunda metade do século terá de estar no estado da arte, incorporando tecnologia ‘stealth’ de furtividade, para dificultar a detecção.

Eventualmente, poderá ser empregado como aeronave líder de esquadrões de drones armados. Ou mesmo voar sem piloto, de forma autônoma, orientado por inteligência artificial.

Florianópolis é a cidade brasileira mais procurada para hospedagem em 2023, aponta ranking do Airbnb



Florianópolis lidera o ranking das cidades brasileiras mais buscadas para hospedagem em 2023 na plataforma de aluguéis temporários Airbnb. A capital de Santa Catarina também está entre as sete primeiras cidades do mundo mais buscadas no site.

Porto Seguro e Salvador, na Bahia, também aparecem no topo da lista.

Para o ranking, a plataforma se baseou nos check-ins feitos entre o primeiro e o terceiro trimestre de 2022. Os dados foram considerados uma amostragem para o mesmo período de 2023.

De acordo com a prefeitura, esta temporada deve ser a maior dos últimos dez anos. As praias da capital catarinense aguardam mais de meio milhão de turistas nesta temporada de verão.

Confira o ranking mundial

1. Málaga, Andaluzia, Espanha
2. Sydney, New South Wales, Austrália
3. Melbourne, Victoria, Austrália
4. Auckland, Auckland, Nova Zelândia
5. Bangkok, Bangkok, Tailândia
6. Queenstown, Otago, Nova Zelândia
7. Florianópolis, Santa Catarina, Brasil
8. Porto Seguro, Bahia, Brasil
9. Perth, Western Australia, Austrália
10. Salvador, Bahia, Brasil



MORRE PELÉ, O REI DO FUTEBOL

Maior de todos, Edson Arantes do Nascimento foi o único na história a ganhar 3 Copas como jogador. Marcou mais de 1.200 gols, empilhou troféus, revolucionou o esporte e encantou o mundo. Será eterno.

- ❑ Nasceu em 23/10/1940 em Três Corações, Minas Gerais.
- ❑ O maior jogador de futebol de todos os tempos estreou na Seleção em 1957, numa partida da Copa Roca contra a Argentina, quando também fez seu primeiro gol com a camisa amarelinha. Pela equipe brasileira, com apenas 17 anos, venceu a Copa do Mundo na Suécia, em 1958.
- ❑ Único jogador a vencer três Copas do Mundo: 1958, 1962 e 1970.
- ❑ Pelo Santos, Pelé é dono de marcas impressionantes: venceu dez vezes o Campeonato Paulista, torneio do qual foi o artilheiro por nove temporadas seguidas. Ainda foi bicampeão da Libertadores e do Mundial de clubes, em 1962 e 1963. Foi também com a camisa branca do Peixe que marcou seu milésimo gol, contra o Vasco, no Maracanã, no dia 19 de novembro de 1969.

- ❑ Segundo números do Santos, Pelé marcou pelo clube 1.091 gols em 1.116 jogos.
- ❑ Com a camisa canarinho, Pelé disputou 113 jogos e marcou 95 gols, de acordo com números da CBF. Nas contas da Fifa, que considera apenas jogos entre seleções, são 77 gols em 91 partidas.
- ❑ Jogou de 1975 a 1977 no New York Cosmos, dos Estados Unidos. Foram 106 jogos e 64 gols.
- ❑ Em toda a carreira, Pelé fez 1.282 gols em 1.364 partidas na contabilização feita pelo Santos. Nas redes sociais, o Rei dizia ter feito um a mais, 1.283.
- ❑ Aposentado do futebol, Pelé se arriscou por diversas áreas: foi ator, cantor, garoto-propaganda e político. Foi durante a sua gestão como Ministro do Esporte, no governo FHC, que foi promulgada a lei que leva seu nome. A legislação, entre outras coisas, acabou com o passe que prendia os atletas aos clubes independentemente do tempo de contrato.

Morre Nélida Piñon, primeira mulher a presidir a Academia Brasileira de Letras



Morreu em 17/12/2022, em Lisboa, aos 85 anos, a acadêmica e escritora carioca descendente de galegos Nélida Piñon.

Autora de diversos romances, contos, crônicas e ensaios publicados em seus mais de 60 anos de carreira literária, Nélida foi, também, a primeira mulher a assumir a presidência da Academia Brasileira de Letras (ABL), posto que ocupou em 1996, ano do centenário da academia, e em 1997.

Nélida Piñon foi eleita para a ABL em 1989 e ocupou, desde sua posse em 1990, a 30^a cadeira da instituição, herdada de Aurélio Buarque de Holanda.

Entre suas obras, estão sua primeira novela, “Guia-mapa de Gabriel Arcanjo”, de 1961, os livros de contos “Tempo das frutas” e “Sala de Armas”, além de “A República dos Sonhos”, “A Doce Canção de Caetana” e “O Calor das Coisas”.

Foram 23 livros no total – o último deles, “Filhos da América”, de 2016 -, editados em mais de 30 países, de acordo com as informações da Academia.

Nélida nasceu em 3 de maio de 1937, na cidade do Rio de Janeiro, e se formou em jornalismo em 1956 pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio).

Colaborou, também, para vários jornais e revistas literários, incluindo os anos em que foi correspondente, no Brasil, da revista Mundo Nuevo, publicação dedicada à literatura latino-americana e editada na França nos anos de 1960, e a passagem como editora assistente de Cadernos Brasileiros.

Pornô aos 12; primeira transa aos 18: estudo mostra hábitos sexuais no país

Um estudo conduzido no Brasil pelo IPq (Instituto de Psiquiatria) do Hospital das Clínicas da FMUSP (Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo) confirmou que as pessoas em nosso país começam a consumir pornografia ainda na adolescência —mais precisamente, aos 12 anos— e fazem sexo pela primeira vez aos 18 anos.

A pesquisa, que teve a participação de 3.650 brasileiros com idade média de 45 anos e foi obtida com exclusividade por VivaBem, faz parte do "International Sex Survey", trabalho científico envolvendo 45 países, que teve seu questionário online respondido por 82 mil pessoas ao redor do planeta.

Veja outros destaques do comportamento sexual do brasileiro (sempre em média):

- As pessoas tiveram 10 parceiros ao longo da vida;
- Em um relacionamento sério, transaram de 2 a 3 vezes no mês a 2 a 3 vezes por semana no último ano;
- Viram pornografia de 2 a 3 vezes por semana nos últimos 12 meses;
- Masturbaram-se de 2 a 3 vezes no mês a 2 a 3 vezes por semana no último ano;
- 44% estão satisfeitos sexualmente com o parceiro ou a parceira;
- 99,2% se masturbaram ao menos uma vez na vida;
- 81% já fizeram sexo com um parceiro ou parceira casual (alguém com quem não tinham um relacionamento).

“Os dados desmistificam um pouco a ideia do brasileiro hipersexualizado, já que a maioria (56%) está satisfeita com o relacionamento e 44% estão satisfeitos sexualmente com o parceiro. Também refletem algo que é tendência em relacionamentos: a frequência sexual é maior no início e vai aos poucos caindo.”

Marco Scanavino, psiquiatra e professor do IPq, responsável pela pesquisa no Brasil

Scanavino frisa que a amostra do estudo, embora representativa em termos de gênero e orientação sexual, não pode ter suas respostas generalizadas para toda a sociedade brasileira. Ou seja, os dados são um recorte que oferece alguns insights importantes sobre comportamentos sexuais de muitos brasileiros, mas não todos eles.

Pornografia na adolescência gera preocupação

O fácil e rápido acesso a esse tipo de conteúdo é um estímulo com grande potencial para o jovem desenvolver uma compulsão por sexo, caso tenha predisposição para esse tipo de comportamento.

Não à toa, a ciência hoje já analisa com mais atenção o vício em pornografia e quais danos ele pode causar à sexualidade humana —especialmente entre adolescentes, que ainda estão em formação física e emocional.

É muito importante os jovens terem em mente que fora das telas a duração da transa, o desempenho do parceiro ou parceira, a intensidade dos orgasmos e as posições sexuais são bem diferentes das performances e cenas acrobáticas vistas no pornô. Esperar que toda transa seja igual à da pornografia pode gerar frustração e insegurança.

Sexualidade fluida

A pesquisa também analisou a orientação sexual dos brasileiros:

- 66% se identificaram como heterossexuais
- 13% como gays ou lésbicas
- 8,6% disseram ser bissexuais

No entanto, 34% dos respondentes declararam não se identificarem como "estritamente heterossexuais".



Estratégia
Concursos